



O PROCESSO DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL: MEMÓRIA, HISTÓRIA E IDEOLOGIA.

Miriam Cléa Coelho Almeida⁷²
(UESB)

Ana Elizabeth Santos Alves⁷³
(UESB)

RESUMO

Esse artigo analisa o processo de trabalho na construção civil e suas as vinculações com a memória, a história e a ideologia. Para tanto, de início, faz-se breves demarcações sobre as bases epistemológicas da memória, da história e da ideologia, para, em seguida, focar o processo de trabalho e a sua inserção no processo de valorização do capital e, portanto, na produção de mercadorias. Esse esforço tem o setor da construção civil como parâmetro analítico e, por essa razão, é dada atenção à contextualização geral dessa atividade no Brasil para clarificar as engrenagens que a movimenta e, com isso, permitir compreender as contradições daí decorrentes e seus nexos com a memória, a história e a ideologia. As análises preliminares permitiram apontar a necessidade imperiosa de se levar em conta as memórias, a história e a ideologia que sustentam e definem os contornos da objetividade do trabalho na construção civil e as contradições do processo de trabalho, cuja trajetória é marcada pela informalidade e precarização do trabalho e aumento constante da produtividade e lucratividade do setor.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. História. Trabalho.

⁷² Mestre em Geografia. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da UESB. Memória, trabalho e educação em unidades de produção tradicional e moderna. Docente do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. miriamclea@gmail.com

⁷³ Professora Orientadora, Doutora em educação. Docente do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Membro do Museu Pedagógico da UESB. ana_alves183@hotmail.com



INTRODUÇÃO

MEMÓRIA, HISTÓRIA E IDEOLOGIA: ALGUNS APONTAMENTOS

Diante da complexidade e diversidade de entendimentos que permeiam os debates sobre a memória, a história e a ideologia considera-se necessário demarcar, desde já, algumas posições fundamentais para a compreensão do percurso analítico empreendido nesse artigo.

Apesar de possuírem bases epistemológicas próprias, essas categorias não são consideradas dissociadas, ao contrário, são vistas e analisadas de modo imbricado. Respalhada nesse princípio, a memória é, ao mesmo tempo, social, histórica e ideológica. Assim, para tratar das memórias do processo de trabalho na atividade construtiva deve-se trazer à baila uma série de questões teóricas e práticas, que precisam ser melhor examinadas.

Uma primeira questão que se apresenta diz respeito à conceituação de memória e história, não se quer aqui aprofundá-la nem esgotá-la, mas, apenas firmar a filiação desse estudo à concepção de que a memória e a história não estão em posição antagônica, mas se complementam na medida em que a história se serve da memória como objeto ou como instrumento. Ao avaliar essa aproximação, Tornay e Vega (2009) chegam a destacar que “actualmente se considera que, si bien la memoria no es idêntica a la historia, es una fuente para ella” (p.5), ou ainda, como ensina Arostegui “[...] no hay historia sin memoria, y que al mismo tiempo son realidades distinguibles en confrontación conflitiva (*apud* TORNAY; VEGA, 2009, p.5).

Ademais, partilha-se da tese de que a história é a história da luta de classes, pois como preconiza Marx (2001), “Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência, e conseqüentemente pensam; na medida em que dominam como classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão [...]” (2001, p. 48-49).

O tratamento da memória articulado com a história demanda maior esforço acadêmico científico, ao tempo em que, oferece maiores riscos teóricos e práticos, mas



como em Antognazzi (2006), acredita-se na imperiosidade dessa tarefa para os interesses populares.

Além disso, acredita-se que o entrelaçamento da memória com a história revitaliza e dá dinamismo à memória e, nessas condições se constitui em um processo social eivado de contradições sociais e de ideologia, o que a torna um elemento de disputa da luta de classes. Nesse sentido, há que se falar em memórias, pois existem tantas memórias quantos forem os interesses em disputa. Para Antognazzi,

Hay distintas memorias en la sociedad, muchas parciales y posibles de complementarse, pero otras irreconciliables entre sí. Algunas contienen elementos que se construyeron a partir de la búsqueda de la verdad; otras se construyeron en torno al ocultamiento deliberado o no (ANTOGNAZZI, 2006, p. 52).

Esse campo de conformação ou disputa reafirma a tese marxiana de que “as ideias dominantes na sociedade são as ideias das classes dominantes” e, quanto ao comportamento do Estado, segundo Gorender (2001), Marx e Engels já percebiam as suas vinculações com os interesses da classe dominante, pois “[...] por baixo das aparências ideológicas de que necessariamente se reveste, está sempre vinculado à classe dominante e constitui o seu órgão de dominação” (2001, p. XXXI).

Contudo, é preciso avançar nessa discussão da determinação de classe, material, da ideologia, não para negá-la, mas para abarcar outras dimensões analíticas, como propõe Therborn (1991) para quem o debate ideológico deve também responder “como se constituem as classes em forças humanas, em luta”. Em sua avaliação, Therborn, esclarece: “[...] “lucha” no se desprende lógicamente del concepto de relaciones de producción, de la definición de las clases a partir de su posición como productoras o apropiadoras de plus-trabajo” (1991, p.10-11).

Nessa perspectiva, defende a ampliação do conceito de ideologia para fazer referência à “[...] condición humana bajo el cual los seres humanos viven sus vidas como actores conscientes en un mundo que cada uno de ellos comprende en diverso grado. La ideología es el médío a través del cual operan esta conciencia y esta significatividad” (THERBORN, 1991, p.2).



Para o autor, essa concepção de ideologia incorpora tanto “[...] las nociones y la “experiencia” cotidianas como las elaboradas doctrinas intelectuales, tanto la “consciencia” de los actores sociales como los sistemas de pensamento y los discursos institucionalizados de una sociedad dada” (THERBORN, 1991, p.2). Dessa forma, evidencia-se o caráter dialético da ideologia que, ainda segundo o autor, “[...] puede aparecer indicado por los sentidos opuestos de la palabra “sujeto” en expresiones como “el sujeto (sometido) al poder del rei x (o al orden social y)” y “los sujetos de la historia” (THERBORN, 1991, p.14).

Isso posto, parece mais apropriado entender as ideologias “[...] no como posesiones, como ideas poseídas, sino como procesos sociales” (THERBORN, 1991, p. 1). Por essa razão, considera-se fundamental recuperar a história dos trabalhadores do setor construtivo e do movimento contraditório que a anima para que se possa (re)construir as suas memórias. Nessa direção, têm-se os trabalhadores da construção civil não como indivíduos isolados, mas como sujeitos sociais que fazem e refazem a sua existência e, nesse devir expressam as condições materiais de sua produção. Parte-se, desse modo, do princípio marxista de que “ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material” (MARX, 2001, p. 10-11) ou ainda: “A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção [...] O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção” (MARX, 2001, p. 11).

De modo similar, na discussão ideológica proposta por Therborn, “La función de la ideología en la vida humana consiste básicamente en la constitución y modelación de la forma en que los seres humanos viven sus vidas como actores conscientes y reflexivos en un mundo estructurado y significativo” (1991, p. 13). Com essas proposições, a ideologia só existe se existir a sua base material ou se materializar.

São esses os princípios que iluminam a análise do processo de trabalho na construção civil no contexto brasileiro, pois, como se verá, o mesmo deixa entrever diversas características e situações que o remete aos domínios da memória, da história e da ideologia.



O PROCESSO DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL

Considera-se importante recuperar, mesmo que de forma resumida e, em poucas linhas, os princípios teóricos que fundam o entendimento de processo de trabalho. Desse modo, dá-se relevo as contribuições marxistas que concebem o trabalho como condição da existência do homem, em qualquer tipo de sociedade, cuja função é mediar o intercâmbio entre o homem e a Natureza. Nessa relação social do homem com a natureza “[...] o homem não só transforma a natureza de acordo com seus interesses, mas também, em grande medida, a domina. E essa acentuada diferença ocorre especificamente através do trabalho” (ENGELS, 2004, p. 28).

Contudo, essa primeira forma instintiva do trabalho é superada na medida em que o trabalhador se apresenta ao mercado como vendedor de sua força de trabalho, e, assim, pressupõe-se “[...] o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem” (MARX, 1985, p. 149) e, ao mesmo tempo, imprime um caráter mais processual ao trabalho, no qual exige que antes de sua execução ocorra um planejamento ou uma imaginação do que se deseja concretizar. O processo de trabalho é então constituído de elementos simples tais como: “[...] a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios” (MARX, 1985, p. 150).

Ao considerar o processo de trabalho em sua totalidade e o seu resultado, vê-se que são os meios e os objetos que compõem os meios de produção e o trabalho é o trabalho produtivo. Com essa nova dinâmica o processo de trabalho se distancia da forma primeira de se satisfazer as necessidades humanas elementares, como “condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana” (MARX, 1985, p. 153) e se transforma, sob as determinações do capital, em “processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista”. Para Marx (1985), nessa fase, duas situações são fundamentais para a análise: o trabalhador passa a trabalhar sob o controle do capitalista que comprou a sua força de trabalho e o produto do trabalho não mais pertence ao trabalhador, mas ao capitalista.

Marx (1985) adverte que, nessa etapa, soma-se ao processo de trabalho, o processo de valorização, o qual cria o processo de produção capitalista, ou a forma



capitalista de produção de mercadorias. É nessa perspectiva que o processo de trabalho na construção civil, assim como em outros setores da economia, também está associado ao processo de valorização e, portanto, ao processo de produção capitalista gerador de mercadorias. Essa vinculação faz com que o processo de trabalho na atividade construtiva acompanhe as mutações ocorridas nas diferentes fases da acumulação capitalista e, por essa razão, é submetido a alterações frequentes em seus meios de produção e nas funções ou tipo de trabalho aí realizados. Essas modificações, por sua vez, também requerem trabalhadores capazes de atender às novas exigências postas pela reestruturação produtiva.

Na construção civil esse dinamismo da mesma maneira está comprometido com os interesses da acumulação capitalista e, portanto, apresenta um conjunto de contradições que precisam ser melhor analisadas. Tendo o contexto brasileiro como parâmetro, estudos apontam que o processo de valorização do capital no setor construtivo não foi diferente e tem se traduzido em intensa exploração e precarização das condições e relações de trabalho.

Nas conclusões apresentadas por Vargas (1992) em seus estudos, o processo de expulsão da população do campo fez com que a força de trabalho nesse setor fosse, majoritariamente, rural e representava para o conjunto dos trabalhadores a sua sobrevivência face às péssimas condições de trabalho no campo. Para Vargas (1992, p. 47), “[...] esse processo garantiu uma mão de obra abundante, pouco acostumada à disciplina industrial e com pouca formação escolar. O setor, para ela, era uma sobrevivência”.

Ainda de acordo com as contribuições de Vargas essas características ajudaram a consolidar no setor a visão de que “[...] o “peão” não tinha nenhuma preocupação em se fixar, seja na empresa, seja na cidade onde trabalhava, pois ainda estava vinculado à terra natal. A palavra “peão” atendia, assim, a um duplo sentido: aquele que gira e a origem rural” (1992, p. 47).

A mobilidade dos trabalhadores ainda continua e ganha novas configurações com a introdução das inovações tecnológicas e organizacionais no processo de trabalho, bem



como o volume de investimentos no setor que, como se verá mais adiante, revitalizam os meios de produção para garantir maior produtividade e valor sobre os produtos.

Ao examinarem a importância econômica e social da construção civil para o desenvolvimento brasileiro nos últimos anos, Cockell e Peticarrari (2010), ancorados nas pesquisas de Breitbach (2009) e Franco (2001), distinguem algumas especificidades do processo de trabalho e do mercado de construções que consideram decisivas para a superioridade desse setor econômico no desenvolvimento nacional:

[...] volume de produção, capital circulante, expressiva quantidade e variabilidade de fornecedores de insumos, equipamentos e serviços ao longo de toda a sua cadeia produtiva, utilidade dos produtos, pela redução do déficit habitacional e por sua capacidade de absorver diretamente e indiretamente uma grande parcela de trabalhadores, sobretudo a de baixa qualificação (p. 634).

Essas particularidades impactaram diretamente no desempenho da construção civil no conjunto da economia nacional nos últimos quatro anos. Dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco Central do Brasil (BACEN), Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (DIEESE) (2010 - 2013), mostram que o crescimento do setor se manteve acima do PIB Nacional de 2010 a 2012 apesar de menor performance da construção civil em 2013 com previsão para o PIB Nacional de 2,50% e o da Construção civil de 2,00%.

As avaliações sobre o crescimento e expansão da construção civil dão ênfase aos pesados investimentos no setor decorrentes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado pelo governo Federal em 2007 e, conforme dados do Tribunal de Contas da União (TCU), hoje o valor dos investimentos no PAC já superam 1,1 trilhão, aplicados em obras de infraestrutura, logística e projetos sociais e urbanos. Desse total, 217,4 bilhões foram aplicados no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) criado em 2009 e com previsão de conclusão de 3 milhões de casas e apartamentos até 2014, de acordo com informações da Secretaria Nacional de Habitação (SNH). Adiciona-se a esses



investimentos os recursos destinados às obras para atender as demandas com eventos esportivos a exemplo da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

Além da alta produtividade do setor outro indicador de destaque é a contratação de força de trabalho, sobretudo, nas regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Salvador e no Distrito Federal. Com base na pesquisa do IBGE (PAIC - 2011), em 2011 as empresas da construção empregaram cerca de 2,7 milhões de pessoas, número superior ao atingido em 2010 de 2,5 milhões e de 1,6 milhão em 2007.

Entretanto, a análise dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) realizada pelo IBGE nos meses de nov/2005 a 2013, atesta que a expansão do emprego na construção não veio acompanhada de maior seguridade e estabilidade para o conjunto dos trabalhadores, pois a quantidade dos que se encontram na posição de “por conta própria” do setor, somados ao que estão sem carteira assinada revelam de modo expressivo que o emprego na construção ainda é marcado pela informalidade, precariedade e vulnerabilidade. Se se comparar com os outros setores econômicos é o que possui o maior percentual de trabalhadores “por conta própria” em todas as regiões brasileiras.

Esse cenário confirma a intensa informalidade⁷⁴ e precariedade que os trabalhadores da construção tradicionalmente estão submetidos no Brasil. Diversas pesquisas relacionadas à construção civil já denunciam essas condições, retratando detalhadamente as formas de contratação realizadas pelas empresas e as condições de trabalho nos canteiros de obra.

O cenário geral da construção civil e as suas características, mostram que a inserção de tecnologias e as formas de organização do trabalho, exigidas pela reestruturação do capital na fase atual de acumulação, por um lado dinamizaram e intensificaram a produção e exigiram, cada vez mais, maior eficiência (com o aumento da produtividade, com a redução de prazos de execução e com a redução de custos da produção que quase sempre comprometem a qualidade do produto com o uso de

⁷⁴ O conceito de informalidade é aqui tratado conforme Filgueiras, Druck e Amaral (2004) o qual exprime tanto as atividades e formas de produção quanto às formas de relação de trabalho consideradas ilegais.



materiais de baixa qualidade) e, por outro, reduziram os custos com a força de trabalho, sobretudo, pela subcontratação, com a ausência de vínculo empregatício, com a redução dos custos com segurança e benefícios para o trabalhador. Assegura-se com esses procedimentos a extração da mais-valia e, portanto, maior lucratividade às custas da informalidade e da precarização do trabalho.

Ao tratar do desenvolvimento da construção civil no Brasil, Farah (1996) identifica duas contradições no processo produtivo: uma vinculada à base da organização do trabalho no setor e a outra à introdução de inovações tecnológicas no processo de construção.

No que se refere à organização do trabalho a autora observa:

A forma como o desenvolvimento do setor se deu no país acabou por comprometer o saber de ofício, articulador do processo de trabalho no canteiro: este desenvolvimento implicou uma desqualificação crescente dos trabalhadores, sem transferência deste saber para a gerência, para o capital [...] Uma das tendências de adaptação à crise dos anos 80 veio reforçar este processo, através do aprofundamento de formas precárias de absorção de mão de obra, como a subcontratação “selvagem” (FARAH, 1996, p. 45).

A subcontratação ocorre, sobretudo, pelas subempreiteiras de mão de obra denominadas de “gatas”, as quais burlam “[...] a legislação trabalhista (não registro em carteira, não pagamento de férias, 13º salário, FGTS, etc) a qual incide sobre os custos de forma bastante expressiva” (FARAH, 1996, p.119). Outro aspecto da precarização refere-se à rotatividade dos trabalhadores, também conhecida como uma estratégia das empresas para a redução dos encargos trabalhistas e previdenciários e, conseqüentemente, aumento da lucratividade.

Os levantamentos realizados por Morice (1988) na década de 1980, sobre as condições de reprodução dos trabalhadores nos canteiros de obras em João Pessoa, na Paraíba, já revelavam a intensidade da precariedade:

Nem sempre está previsto um local específico para alojamento, mesmo nas maiores obras. [...] os operários se espalham nos diversos cantos do canteiro, na espera de poder, depois da elevação das primeiras lajes,



instalarem-se nos andares. A cama é o chão, com tábua ou papelões. Só há colchão ou rede quando trazidos pelo operário. Apenas na lei existem normas para as instalações sanitárias [...] e o seu número em relação com o número de trabalhadores. [...] a comida, quer trazida pelo operário ou descontada do salário, comporta poucas proteínas [...] (MORICE, 1988, p. 31).

Apesar da decorrência de três décadas desse trabalho tais condições ainda hoje são frequentes em obras de edificação em todo o país. Fato que corrobora essa realidade são os estudos de Farah (1996, p. 122) que indicam os “Desmoraonamentos, quedas de trabalhadores, acidentes com instalações elétricas provisórias, ferimentos [...], reações alérgicas decorrentes do manuseio de materiais [...]” como os problemas mais frequentes na indústria da construção civil, mas que, lamentavelmente, somente ganham visibilidade quando são fatais.

Mais recentemente, as pesquisas de Costa (2011) sobre a subcontratação e a informalidade na construção civil, no Brasil e na França destacam que o problema da instabilidade dos postos de trabalho e a informalidade e precariedade ainda permanecem, não apenas no Brasil, mas em outros países a exemplo da França. A alta rotatividade dos trabalhadores para o autor deve-se às especificidades do processo produtivo a exemplo das contratações por obra, a redução do prazo de execução das obras e as demissões em massa e, a informalidade e a precarização são uma decorrência da alternância entre o trabalho formal e o informal, a subcontratação, o trabalho por conta própria, o contrato por produtividade “a metro” ou por empreitada, dentre outros.

Quanto à inserção de inovações tecnológicas no processo de construção, Farah assevera que: “[...] frequentemente o saber requerido pela inovação não é apropriado pelo setor, seja através de sua incorporação pela própria estrutura de ofícios, tradicional, seja pela substituição desta estrutura de transmissão e de preservação do saber por uma nova estrutura [...]” (1996, p. 45).

Sobre a inserção tecnológica e a industrialização na construção civil, Oliveira (2006) adverte que o baixíssimo custo com a força de trabalho é uma das principais razões para que não se industrialize a construção civil. O uso dessa força de trabalho disponível, dócil e barata justifica o atraso na inserção da tecnologia nessa atividade



econômica. Dito de outra forma, não é por impossibilidade tecnológica ou pela “baixa” qualificação dos trabalhadores que o setor não se industrializa.

Entretanto, as mudanças no processo de trabalho afetaram em cheio a autonomia “operária” na condução do trabalho e o “saber fazer” de ofício, características da construção tradicional. A perda de controle do processo de trabalho deve-se, dentre outros aspectos, à separação concepção-execução ainda muito presente nesse setor.

Essa captura do trabalhador por meio da padronização e homogeneização das ações e do pensamento em prol do capital, fragmentando-os não só objetiva, mas também subjetivamente, já estava apontada por Lukács ao avaliar as implicações do taylorismo: “[...] essa mecanização racional penetra até a “alma” do trabalhador: até suas propriedades psicológicas são separadas do conjunto da sua personalidade e objetivadas em relação a esta para poderem ser integradas em sistemas racionais especiais [...]” (1978, p. 100).

Acredita-se que as metamorfoses que se sucederam no processo de trabalho na construção civil, nas últimas décadas, ao determinarem as condições materiais de existência dos trabalhadores do setor construtivo, conseqüentemente, modificaram a forma com que os mesmos produzem e interpretam a objetividade do trabalho construtivo. Por isso, a análise das memórias desses trabalhadores pode ser reveladora das contradições que orientam a atividade construtiva, a exemplo do estado de exploração e dominação, registrados em páginas anteriores, convivendo *pari passu* com a intensa produtividade e lucratividade das empresas da construção civil, e também compreender como são estruturados e materializados os discursos ideológicos que os sujeitos envolvidos nesse setor lançam mão para reafirmarem as suas posições e ações.

CONCLUSÕES

A análise do processo de trabalho na construção civil no contexto brasileiro e suas vinculações com a memória, a história e a ideologia sinaliza para a existência de memórias que estão, ora em colisão, ora em conformidade: a “memória dominante” e a “memória submergida” ou “subalterna”.



A “memória dominante” de empreiteiros e empresários do setor, ou seja, dos proprietários dos meios de produção, edifica uma memória aliançada às necessidades de ampliação da acumulação do capital e, portanto, dando ênfase, sobretudo, à “modernização” da atividade construtiva e, conseqüentemente, ao seu distanciamento das formas, consideradas pelos mesmos, como tradicionais de produção. Outrossim, fundamentam as suas ações com os discursos da geração de emprego e renda e do enfrentamento dos *déficits* infraestruturais como o da habitação, do saneamento, entre outros. Essa memória se confunde e se funde com a “memória oficial” do Estado, pois se serve, quase sempre, dos mesmos argumentos para justificar a implementação de programas e projetos ou se porta como parceiro da iniciativa privada em prol da acumulação do capital na produção das edificações.

Em outra direção, vê-se um esboço das memórias dos trabalhadores e trabalhadoras da construção civil, na contramão da “memória dominante”, ainda pouco notada, “submergida”, mas que resiste à imperatividade do capital e dá seus sinais por meio de relatos e depoimentos desses trabalhadores ao denunciarem as formas exploratórias e de dominação a que estão expostos nos canteiros de obras.

Observa-se ainda que no setor construtivo brasileiro, a materialização da ideologia pode ser vista na subcontratação, na falta de segurança dos trabalhadores nos canteiros de obra, na baixa remuneração, na informalidade dos contratos de trabalho, na rotatividade dos trabalhadores, na baixa qualidade das edificações, na parceria do Estado com as empresas imobiliárias que executam os seus projetos com a interveniência da Caixa Econômica Federal (CEF), nas formas de luta e resistência dos trabalhadores, dentre outros.

Pelo exposto, ressalta-se que no processo de trabalho da construção civil, a memória, a história e a ideologia estão entrelaçadas pelas dinâmicas: social, econômica, política e cultural que o sustenta e definem seus contornos.



REFERÊNCIAS

- ANTOGNAZZI, Irma. Uma necessária batalla de ideas: la disputa por la memoria en la história del presente. In: ANTOGNAZZI, Irma; LOBATO, Luis A. (comp.) **História y memoria colectiva: dos polos de una unidad**. Rosário, Argentina: Editora UNR, 2006.
- CBIC. **Visão do setor privado**. Nov. 2013. Disponível em: <http://www.cbic.org.br/sites/default/files/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Jornalistas%20ATUAL.pdf>. Acesso em 05 de janeiro de 2013.
- COCKELL, Fernanda Flávia; PERTICARRARI, Daniel. Contratos de boca: a institucionalização da precariedade na construção civil. **Cadernos CRH**, v.23, n. 60, p. 633-653, Salvador, set/dez. 2010.
- COSTA, Luciano R. Subcontratação e informalidade na construção civil, no Brasil e na França. **Cadernos CRH**, v.24, n. 62, p. 413-434, Salvador, Mai/Ago. 2011.
- DIEESE. **Boletim trabalho e construção**. n.5, fev. 2011.
- DIEESE. **Estudos e pesquisa: Estudo setorial da construção**. n. 65, Mai/2013.
- ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. In: A dialética do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- FARAH, M. F. S. **Processo de trabalho na construção civil: tradição e mudança**. São Paulo: ANNABLUME, 1996.
- FILGUEIRAS, Luiz A. M.; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela F. do.. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Cadernos CRH**, v.17, n. 41, p. 211-229, Salvador, Mai/Ago. 2004.
- GORENDER J. Introdução. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Mensal de Emprego**, Novembro de 2013. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br>. Acesso em 04 de janeiro de 2014.
- LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. (V. I). 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Coleção os Economistas).
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MORICE, A. Os “peões” da construção civil em João Pessoa. **Espaço & Debates: Trabalho e construção da cidade**. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, Ano XXII, nº36, p.35-46, 1992.
- OLIVEIRA, F. O vício da virtude. Autoconstrução e acumulação capitalista. In: **Novos estudos**, São Paulo, n. 74, março de 2006, p. 67-85.
- THERBORN, G. **La ideología del poder y el poder de la ideología**. México: Siglo Veintiuno, 1991.
- TORNAY, M. L.; VEGA, N. Entre la memoria y la historia: deslindes conceptuales y cuestiones metodológicas. In: ALONSO, L.; FALCHINI, A. (Org). **Memoria e historia del pasado reciente. Problemas didácticos e disciplinares**, Argentina/Santa Fé: UNL,



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

2009. Disponível em: http://www.fhuc.unl.edu.ar/oliphistoria/paginas/manual_2009/docentes/modulo3/b-Entre%20a%20Memoria%20y%20a%20Historia.pdf. Acesso em 03 de janeiro de 2014.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). Ficha 9 – PAC TCU. **Exercício 2009**. Disponível em: www.tcu.gov.br/contasdegoverno. Acesso em 03 de janeiro de 2014.

VARGAS, N. Tendências de mudança na indústria da construção. In: Espaço & Debates: **Trabalho e construção da cidade**. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, Ano XXII, nº36, p.47-53, 1992.